



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 3535606.413.00001655/2026-77

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0015/2026

EDITAL Nº 0016/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0108/2026

Aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis na Divisão de Compras e Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF Nº. 46.643.474/0001-52, Inscrição Estadual isenta, com sede nesta cidade, na Rua Humaitá, 20, Centro, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **HELOISA ANTUNES DE FARIA SANTOS**, brasileira, viúva, aposentada, portadora da cédula de identidade Nº. 17.528.822-7/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº. 103.582.378-07, e, de outro lado, **W PINTO DA SILVA - ME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº. 09.066.782/00001-36, com sede na Estrada Rafael Américo Ranieri, nº 4002, Barranco Alto, Guaratinguetá/SP, CEP 12.507-010, doravante denominada simplesmente **DETENTORA**, neste ato representada por **WELLINGTON PINTO DA SILVA, Proprietário**, portador da cédula de identidade Nº. 27.026.263-5, e inscrito no CPF/MF sob Nº. 268.829.238-25.

As partes acima identificadas tem entre si justo o presente instrumento compreendendo o objeto do presente, nos termos da proposta, termo de referência e demais documentos constante do processo, modalidade **Pregão Eletrônico, nº 0015/2026**, ao qual se acha vinculado e nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nºs 4.129 de 11 de janeiro de 2024, e 3.717 de 30 de Junho de 2021, 4.257 de 11 de março de 2025, 4.288 de 29 de maio de 2025, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tem certo e ajustado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente é a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA DO TIPO EUCALIPTO CITRIODORA OU EUCALIPTO SALIGNA VERMELHA, DEVIDAMENTE TRATADA EM AUTOCLAVE, DESTINADA À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PONTES LOCALIZADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ITENS E RESPECTIVOS VALORES REGISTRADOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Descrição dos itens e preços registrados:



LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Madeira do tipo Eucalipto Citriodora ou Eucalipto Saligna Vermelha tratada (peça inteira), para uso de longarina - Viga em madeira tratada em autoclave, com 0,50 cm de diâmetro na base - 10 metros	Própria	54	UNID	R\$ 2.061,50	R\$ 111.321,00
2	Madeira do tipo Eucalipto Citriodora ou Eucalipto Saligna Vermelha tratada (peça inteira), para uso de longarina - Viga em madeira tratada em autoclave, com 0,60 cm de diâmetro na base - 12 metros.	Própria	54	UNID	R\$ 2.916,27	R\$ 157.478,58
Valor Total do Lote					R\$ 268.799,58	
Valor Total					R\$ 268.799,58	

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor total da presente ata para registro de preços é de R\$ 268.799,58 (duzentos e sessenta e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e oito centavos).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Esta Ata para Registro de Preços fica vinculada ao Edital do Pregão Eletrônico **0015/2026**, referente ao Processo nº 3535606.413.00001655/2026-77, bem como seus anexos.

PARÁGRAFO QUARTO - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do Fornecimento e Prazo

1. O fornecimento do objeto deverá ocorrer rigorosamente conforme as especificações técnicas constantes da proposta vencedora, deste Termo de Referência, do Edital e de seus Anexos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Do Local de Entrega

1. A entrega dos materiais deverá ser realizada no local indicado pela unidade requisitante, situado dentro do perímetro do Município da Estância Turística de Paraibuna/SP, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor o transporte, a descarga e todos os custos decorrentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Da Nota Fiscal

1. A nota fiscal deverá ser emitida pela empresa vencedora do certame, com o mesmo CNPJ constante da proposta e da Ata de Registro de Preços, no ato da entrega dos materiais, como condição para o recebimento e posterior processamento do pagamento, observado o disposto no Edital e na legislação aplicável.



CLÁUSULA QUARTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Departamento Municipal de Serviços Municipais será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As Autorizações de Fornecimento poderão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail) ou retirados presencialmente mediante convocação ao fornecedor detentor pelo solicitante, devidamente formalizada contendo o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva A.F.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O fornecedor detentor convocado na forma da condição anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no Edital e seus anexos.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando comprovada a hipótese acima, a Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado a A.F., sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as disposições deste Termo de Referência, do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, cabendo-lhe, especialmente:

1. Conformidade, qualidade e garantia dos materiais

a) Fornecer materiais de primeira linha, novos, em perfeitas condições de uso, em estrita conformidade com as especificações técnicas, ambientais e legais constantes neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos;

b) Executar o objeto em observância às normas técnicas aplicáveis, à legislação ambiental vigente e às boas práticas de fornecimento;

c) Garantir a substituição, correção ou reexecução, sem qualquer ônus para a Administração, dos materiais que apresentarem vícios, defeitos, inconformidades ou que não atendam às especificações exigidas;

d) Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos e danos decorrentes do objeto fornecido durante o prazo de garantia legal, nos termos da legislação aplicável às contratações públicas.;

e) Atender prontamente às solicitações de substituição ou complementação do fornecimento, quando constatada não conformidade durante o prazo de garantia.

2. Substituição e prazos

a) Substituir, às suas expensas, qualquer material recusado ou considerado inadequado pela fiscalização, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados do recebimento da notificação formal;

b) Comunicar à Administração, no prazo de 01 (um) dia útil após o recebimento da Autorização de Fornecimento, qualquer impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido cumprimento dos prazos estabelecidos, devidamente justificado e documentado, ficando sua aceitação a critério da Administração.

3. Obrigações contratuais e legais



- a) Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa autorização da Administração;
- b) Cumprir integralmente a legislação ambiental, trabalhista, previdenciária, fiscal e demais normas legais aplicáveis à execução do objeto;
- c) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros ou ao patrimônio público decorrentes de sua atuação ou do fornecimento inadequado dos materiais;
- d) Arcar com todos os encargos, tributos, seguros, transportes, mão de obra e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

4. Entrega e fiscalização

- a) Efetuar a entrega dos materiais no local, prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e na respectiva Autorização de Fornecimento;
- b) Aceitar a fiscalização exercida pela Administração, esclarecendo eventuais dúvidas e atendendo às determinações da unidade requisitante;
- c) Reconhecer que o recebimento provisório dos materiais não implica aceitação definitiva, permanecendo sujeita à rejeição dos produtos em caso de não conformidade com as especificações exigidas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Emitir a Autorização de Fornecimento, de acordo com a necessidade da Administração, nos termos da Ata de Registro de Preços;
- b) Acompanhar, fiscalizar e atestar o fornecimento dos materiais, verificando sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com o objeto contratado;
- d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo e a devida liquidação da despesa;
- e) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, quando solicitados pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do Recebimento Provisório

1. Concluída a entrega, o órgão requisitante realizará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento, os exames, medições e verificações necessárias à conferência da quantidade e da conformidade dos materiais com as especificações técnicas exigidas, procedendo, quando cabível, ao recebimento provisório, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Do Recebimento Definitivo e Rejeição



1. Serão rejeitados, total ou parcialmente, os materiais que apresentarem desconformidade em relação às especificações deste Termo de Referência, da Autorização de Fornecimento, do Edital ou de seus anexos, devendo o fornecedor proceder à substituição ou correção, às suas expensas, no prazo a ser fixado pela Administração.

2. Após a verificação da conformidade e a correção de eventuais inconformidades, será emitido o termo de recebimento definitivo, formalizando a conclusão da entrega, nos termos do Decreto Municipal nº 4.129/2024 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado pela Administração mediante empenho, liquidação da despesa e ordem bancária, em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos materiais, da aceitação da nota fiscal/fatura e do atesto do Fiscal da Ata de Registro de Preços, observadas as disposições do Edital e da legislação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento será realizado por fornecimento efetivamente entregue e aceito, de acordo com as Autorizações de Fornecimento emitidas no âmbito da Ata de Registro de Preços, não havendo pagamento antecipado, nem previsão de cronograma físico-financeiro, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar – ETP.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de rejeição da nota fiscal/fatura por incorreções formais ou materiais, o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação devidamente regularizada.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o vencimento do prazo de pagamento recaia em dia sem expediente bancário, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

PARÁGRAFO QUINTO - Na ocorrência de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, poderá haver atualização monetária, desde a data do vencimento até o efetivo pagamento, nos termos da legislação vigente e do índice oficialmente adotado pela Administração à época.

PARÁGRAFO SEXTO - A Administração poderá reter o pagamento, no todo ou em parte, caso os materiais fornecidos não estejam em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos, até a regularização das pendências.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA deverá encaminhar os arquivos XML da Nota Fiscal Eletrônica para o endereço eletrônico nfe@paraibuna.sp.gov.br, conforme procedimentos internos da Administração.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS OÇAMENTÁRIOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos financeiros para realização do objeto desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício corrente e consignadas em compatibilidade no exercício subsequente.

Fonte de Recurso: 01 - Tesouro

02.07.01 – Setor de Serviços Urbanos

15.452.0008.2024 – Manutenção de Ações Dest. ao Desenv. Urbano

3.3.90.30 – Material de Consumo



CLÁUSULA DÉCIMA - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será incluído no processo licitatório, relatório com o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e mantiverem sua proposta original.

PARÁGRAFO QUARTO - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

PARÁGRAFO QUINTO - O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

PARÁGRAFO SEXTO - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em conformidade com o previsto nos artigos 162 a 164 do Decreto Municipal nº 4.129/2025, os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Setor de Licitações e Contratos convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

b) Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor



requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

a) Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;

c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados;

d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

e) Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado o órgão gerenciador poderá atualizar o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante comprovação justificada.

PARÁGRAFO QUARTO - O pedido de revisão de preços será processado pelo fiscal da ata e julgado pela Prefeita Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

PARÁGRAFO ÚNICO - Após o interregno de 01 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme disposto no artigo 92, §3º da Lei nº 14.133/2021, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, pela variação do Índice IPCA-E - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Conforme prevê o artigo 124, II, "d" da Lei Federal 14.133/2021, é possível restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do instrumento em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do instrumento tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A administração responderá ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em conformidade com o previsto nos artigos 165 a 166 do Decreto Municipal nº 4.129/2025, detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:



- a) For liberado;
- b) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- c) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;
- d) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- e) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) Não aceitar o preço revisado pela administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

PARÁGRAFO QUARTO - Fica facultada a utilização, pela Administração Municipal, dos registros de preços de outros entes federativos, desde que demonstrada a sua vantajosidade.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
3. não celebrar o contrato ou a Ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
5. fraudar a licitação
6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

9. entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1. advertência;

2. multa;

3. impedimento de licitar e contratar e

4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na aplicação das sanções serão considerados:

1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

2. as peculiaridades do caso concreto

3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial, observando-se os seguintes parâmetros:

1. Para as infrações previstas nos itens **1, 2 e 3** do parágrafo primeiro desta cláusula, a multa será de 0,5% a 10% do valor do contrato licitado.

2. Para as infrações previstas nos itens **4, 5, 6, 7, 8 e 9** do parágrafo primeiro desta cláusula, a multa será de 5% a 20% do valor do contrato licitado.

3. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusado adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual

4. 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

5. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço não executada em caso de Ata de Registro de Preços.

6. 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato ou Ata de Registro de Preços, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **1, 2, e 3** do parágrafo primeiro desta cláusula, e item **6 - alíneas "a" e "b"** do parágrafo quarto desta cláusula, bem como aqueles que ensejarem o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

PARÁGRAFO OITAVO - Será aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **4, 5, 6, 7, 8 e 9** do parágrafo primeiro desta cláusula, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **1, 2 e 3** do parágrafo primeiro desta cláusula, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO NONO - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em conformidade com as conclusões do Estudo Técnico Preliminar – ETP, não será admitida a subcontratação do objeto, no todo ou em parte.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A vedação à subcontratação decorre da solução definida no planejamento da contratação, considerando a necessidade de assegurar a qualidade, a padronização, a rastreabilidade do tratamento em autoclave e a responsabilização integral do fornecedor pelo cumprimento das especificações técnicas e das condições de fornecimento estabelecidas no Termo de Referência.



PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução direta do objeto pelo fornecedor registrado garante maior controle da Administração sobre o fornecimento, reduz riscos operacionais e preserva a eficiência, a segurança e a economicidade da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica designado como Fiscal da Ata de Registro de Preços o servidor **Alex Leandro de Moraes**, matrícula 2890, representante da Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna, ao qual competirá o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, cabendo-lhe, especialmente:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, verificando a conformidade dos materiais entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos;

b) atestar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, para fins de liquidação da despesa e pagamento;

c) comunicar formalmente à Administração quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto, sugerindo a adoção das providências cabíveis;

d) acompanhar o cumprimento dos prazos estabelecidos, bem como solicitar da CONTRATADA os documentos e esclarecimentos necessários à adequada fiscalização;

e) propor a adoção de medidas corretivas e, quando for o caso, indicar à autoridade competente a aplicação das penalidades previstas, nos termos da legislação vigente e da delegação conferida;

f) verificar, a cada 6 (seis) meses, a manutenção da regularidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento da cota legal de aprendizes, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, extraída do endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela correta execução do objeto, nem afasta a possibilidade de responsabilização por eventuais falhas, irregularidades ou prejuízos decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, também estão definidas no Edital e Termo de Referência, que são parte integrante ao processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL



PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica integrado a esta ata, independente de transcrição os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento do detentor da ata: Edital, Estudo Técnico, Termo de Referência, demais anexos e legislação pertinente à espécie.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será incorporado a esta ata, mediante alterações, qualquer modificação que venha a ser necessária durante a sua vigência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e instrumentos administrativos, no Decreto Municipal nº 4.129/2025 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos instrumentos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituem prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As partes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

a) *Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - Decreto n.º 3.678/2000;*

b) *Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - Decreto n.º 5.410/2002;*

c) *Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - Decreto n.º 5.678/2006*

PARÁGRAFO TERCEIRO - A detentora da ata declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei n.º 12.846/2013;

PARÁGRAFO QUARTO - A detentora da ata se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei n.º 12.846/2013;

PARÁGRAFO QUINTO - A detentora da ata, no desempenho das atividades objeto deste instrumento, compromete-se perante ao Órgão Gerenciador a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei n.º 12.846/2013, art. 5º.

PARÁGRAFO SEXTO - Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da detentora da ata, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:



a) Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa - PAR, com aplicação das sanções administrativas cabíveis;

b) Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei n.º 12.846/2013.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A detentora da ata obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Estância Turística de Paraibuna/SP, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do Registro de Preços estabelecido na presente Ata.

Estância Turística de Paraibuna, 13 de abril de 2026.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA

Heloisa Antunes de Faria Santos
Prefeita Municipal

W PINTO DA SILVA - ME

Wellington Pinto da Silva
Detentora da Ata de Registro de Preços



AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 3535606.413.00001655/2026-77

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 0015/2026

INTERESSADO: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

CONTRATADA: W PINTO DA SILVA - ME

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA DO TIPO EUCALIPTO CITRIODORA OU EUCALIPTO SALIGNA VERMELHA, DEVIDAMENTE TRATADA EM AUTOCLAVE, DESTINADA À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PONTES LOCALIZADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

VALOR: R\$ 268.799,58 (duzentos e sessenta e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 16/04/2026 ATÉ 15/04/2027

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF Nº. 46.643.474/0001-52, Inscrição Estadual isenta, com sede nesta cidade, na Rua Humaitá, 20, Centro, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **HELOISA ANTUNES DE FARIA SANTOS**, brasileira, viúva, aposentada, portadora da cédula de identidade Nº. 17.528.822-7/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº. 103.582.378-07.

DETENTORA: W PINTO DA SILVA - ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob Nº. 09.066.782/00001-36, com sede na Estrada Rafael Américo Ranieri, nº 4002, Barranco Alto, Guaratinguetá/SP, CEP 12.507-010, doravante denominada simplesmente **DETENTORA**, neste ato representada por **WELLINGTON PINTO DA SILVA, Proprietário**, portador da cédula de identidade Nº. 27.026.263-5, e inscrito no CPF/MF sob Nº. 268.829.238-25.

Pela presente Autorização de Fornecimento/ Autorização de Ordem de Execução de Serviço a CONTRATADA deverá fornecer o objeto deste Ata de Registro de Preços, bem como executar o serviço de instalação vinculado, de acordo com sua proposta de preços, respeitando todo Termo de Referência relacionado a esta contratação.

Estância Turística de Paraibuna, 13 de abril de 2026.

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
PARAIBUNA**

Heloisa Antunes de Faria Santos
Prefeita Municipal

W PINTO DA SILVA - ME

Wellington Pinto da Silva
Detentora da Ata de Registro de Preços



TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAÇÃO

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

CONTRATADA: W PINTO DA SILVA - ME

CONTRATO Nº.: ATA Nº 0108/2026

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA DO TIPO EUCALIPTO CITRIODORA OU EUCALIPTO SALIGNA VERMELHA, DEVIDAMENTE TRATADA EM AUTOCLAVE, DESTINADA À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PONTES LOCALIZADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº. 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº. 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;



b) Se for o caso, e, de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Estância Turística de Paraibuna, 13 de abril de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Heloisa Antunes de Faria Santos

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 103.582.378-07

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Heloisa Antunes de Faria Santos

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 103.582.378-07

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELO CONTRATANTE:

Nome: Heloisa Antunes de Faria Santos

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 103.582.378-07

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome: Wellington Pinto da Silva

Cargo: Proprietário

CPF: 268.829.238-25

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação;



de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

CNPJ Nº: 46.643.474/0001-52

CONTRATADA: W PINTO DA SILVA - ME

CNPJ Nº: 09.066.782/0001-36

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ATA Nº 0108/2026

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2026

VIGÊNCIA: 16/04/2026 ATÉ 15/04/2027

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA DO TIPO EUCALIPTO CITRIODORA OU EUCALIPTO SALIGNA VERMELHA, DEVIDAMENTE TRATADA EM AUTOCLAVE, DESTINADA À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PONTES LOCALIZADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAIBUNA/SP

VALOR (R\$): 268.799,58 (duzentos e sessenta e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e oito centavos)

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) estudo técnico preliminar e termo de referência;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

LOCAL e DATA: Estância Turística de Paraibuna, 13 de abril de 2026



RESPONSÁVEL:

Nome: Heloisa Antunes de Faria Santos

Cargo: Prefeita Municipal

E-mail: gabinete@paraibuna.sp.gov.br

Assinatura: _____